

Sarney guarda cargos para barganhas decisivas

Dodora Guedes

BRASÍLIA — O presidente José Sarney cristalizou suas opiniões sobre os pontos mais importantes em debate na Constituinte e conta com uma mudança do regimento interno que torne possível desengavetar o substitutivo completo preparado, sob sua orientação, pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. Para conquistar apoio de constituintes a suas teses, o governo estocou milhares de cargos vagos. Mas vai usá-los sobretudo na batalha que Sarney considera crucial: garantir-lhe um mandato de cinco anos.

Ampliação da anistia aos militares cassados, nem pensar; estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais têm que ser cartas fora do baralho; se não pode ser o presidencialismo de hoje, tampouco pode ser o parlamentarismo puro, e a solução tem que passar por um presidencialismo adjetivado de "mitigado"; trabalhador pode fazer greve, mas esse direito, assim como o da sindicalização, não pode ser estendido ao servidor público.

Estes são alguns dos ingredientes da Constituição que está nas cabeças dos homens do governo. Na impossibilidade de providenciar a apresentação de um substitutivo, o presidente instruiu Saulo Ramos a trabalhar em uma série de emendas a serem apresentadas à Constituinte através de deputados e senadores fiéis ao Governo.

Regimento — No Planalto crescem as esperanças de que um grande acordo, bancado pelas lideranças do PMDB — Mário Covas à parte — e PFL, e com sinal verde do deputado Ulysses Guimarães, até possa facilitar o trabalho: dá-se como provável a alteração do regimento interno da Constituinte para que se possa apresentar substitutivos ao projeto do relator. Assim se tiraria da gaveta o projeto de Saulo Ramos.

— Devem prevalecer as teses defendidas pelo Governo — acredita o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Ele admite que o governo, em defesa das suas teses, lançará mão dos milhares de cargos que se encontram vagos. "É natural que os parlamentares apresentem sugestões e reivindicações, tanto em termos de cargos quanto de interesses de seus estados e municípios", diz.

Um outro inquilino do Palácio do Planalto garante que o presidente está deixando cargos vagos para lançar mão na hora do estrangulamento, ou seja, quando chegar a hora das votações em plenário do texto da nova Constituição. Segundo esse informante, e com ele concorda Costa Couto, o grande interesse do presidente está na definição de um mandato de cinco anos.

Nos últimos dias, ao mesmo tempo em que mantinha algumas conversas com Ulysses Guimarães, o presidente Sarney encontrou formas de tornar público um repentino desinteresse pela questão do mandato. "O que a Assembleia Nacional Constituinte decidir, está decidido", disse a um grupo de deputados gaúchos. Mas, longe de tornar prática essa declaração, Sarney continua manobrando nos bastidores para ampliar o exército dos que vão defender os cinco anos.

Arquivo — 8/3/86



Saulo tem projeto pronto

Arquivo — 24/2/87



Prisco, o olheiro

Arquivo — 2/2/86



Costa Couto: cargos vagos

Arquivo — 1/3/87



Hargreaves faz boletins

Prisco informa o Planalto

O passado malufista do deputado Prisco Vianna (PMDB/BA) e sua inimizade com o ministro Antônio Carlos Magalhães podem ter frustrado as tentativas do presidente José Sarney de fazer esse seu fiel amigo líder do governo ou mesmo ministro-chefe do Gabinete Civil mas não impedem que seja ele o principal interlocutor do presidente para o acompanhamento, passo a passo, das atividades da Constituinte.

É Prisco, e não o líder do governo Carlos Sant'Anna — que tem colecionado alguns arranhões no cargo —, o mais habitual dos interlocutores do presidente Sarney para saber, em longas e frequentes conversas, com o máximo de discrição possível, tudo o que pensa e faz a Constituinte. Mas não é o deputado baiano a única fonte de informação do presidente, pois o SNI, revela um ocupante de gabinete no Planalto, não tem deixado escapar qualquer detalhe, contra ou a favor do governo, repassando todas as informações, com assiduidade.

No Palácio, além dos boletins do

SNI, são lidos com atenção os próprios boletins diários da Constituinte e, mais que isso, o trabalho executado pela assessoria parlamentar do Gabinete Civil, onde atua Henrique Hargreaves, levado para o cargo pelo ex-ministro Marco Maciel, que o foi buscar na Câmara, onde durante anos serviu à liderança do PDS.

Hargreaves elabora boletins, gráficos e outros tipos de informações, aferindo sempre a tendência dos constituintes em relação aos pontos polêmicos e de maior interesse do governo, especialmente quanto à duração do mandato. Frequente habitual do Congresso, Hargreaves vai acumulando não só as informações que surgem no plenário mas, e principalmente, nas conversas pelos corredores e gabinetes de portas fechadas, onde pode até escolher um banheiro para conspirar, como fez na liderança do PFL no início do ano, quando foi peça fundamental nas articulações dos moderados que, esvaziando o plenário, conseguiram impor algumas mudanças no regimento interno da Constituinte.

O que o governo quer ver aprovado na Constituinte

Mandato — Cinco anos, sem admitir outras negociações.

Sistema de governo — No mandato atual, presidencialismo puro. Para os próximos, presidencialismo mitigado.

Anistia — Não admite a inclusão da ampliação da anistia aos militares cassados, na nova Constituição. Na visão governamental, este assunto já foi resolvido da melhor forma possível e admissível.

Estabilidade de emprego — O governo quer que apenas se criem mecanismos que dificultem a dispensa aleatória, de preferência em legislação ordinária.

Jornada de 40 horas semanais — Também é contra, mas admite uma solução negociada entre as 48 horas atuais e as 40 horas propostas.

Voto distrital — Favorável ao sistema misto de voto distrital, com metade dos candidatos eleitos pelos distritos e a outra metade pela lista indicada na convenção partidária.

Verbas para a educação — Contrário à fixação de percentuais orçamentários para a educação e favorável à liberação de verbas públicas, tanto para as escolas públicas quanto para as privadas.

Empresa nacional — O governo concorda que se criem áreas privativas para o capital nacional mas é contrário ao fechamento do mercado para as empresas estrangeiras.

Greve e sindicalismo — A posição do governo está no projeto de Lei de Greve e Sindicalização, enviado este ano ao Congresso, em que a greve dos servidores públicos e nos serviços essenciais é mantida ilegal. Os servidores públicos não têm direito à sindicalização. A proposta prevê a intervenção do Estado em sindicatos, desde que com o aval da Justiça.

Reforma agrária — Favorável à garantia de uma reforma agrária, de preferência dentro da política de assentamentos adotada hoje. O governo quer que as desapropriações se dêem por interesse social, com pagamento das indenizações por títulos da dívida agrária.